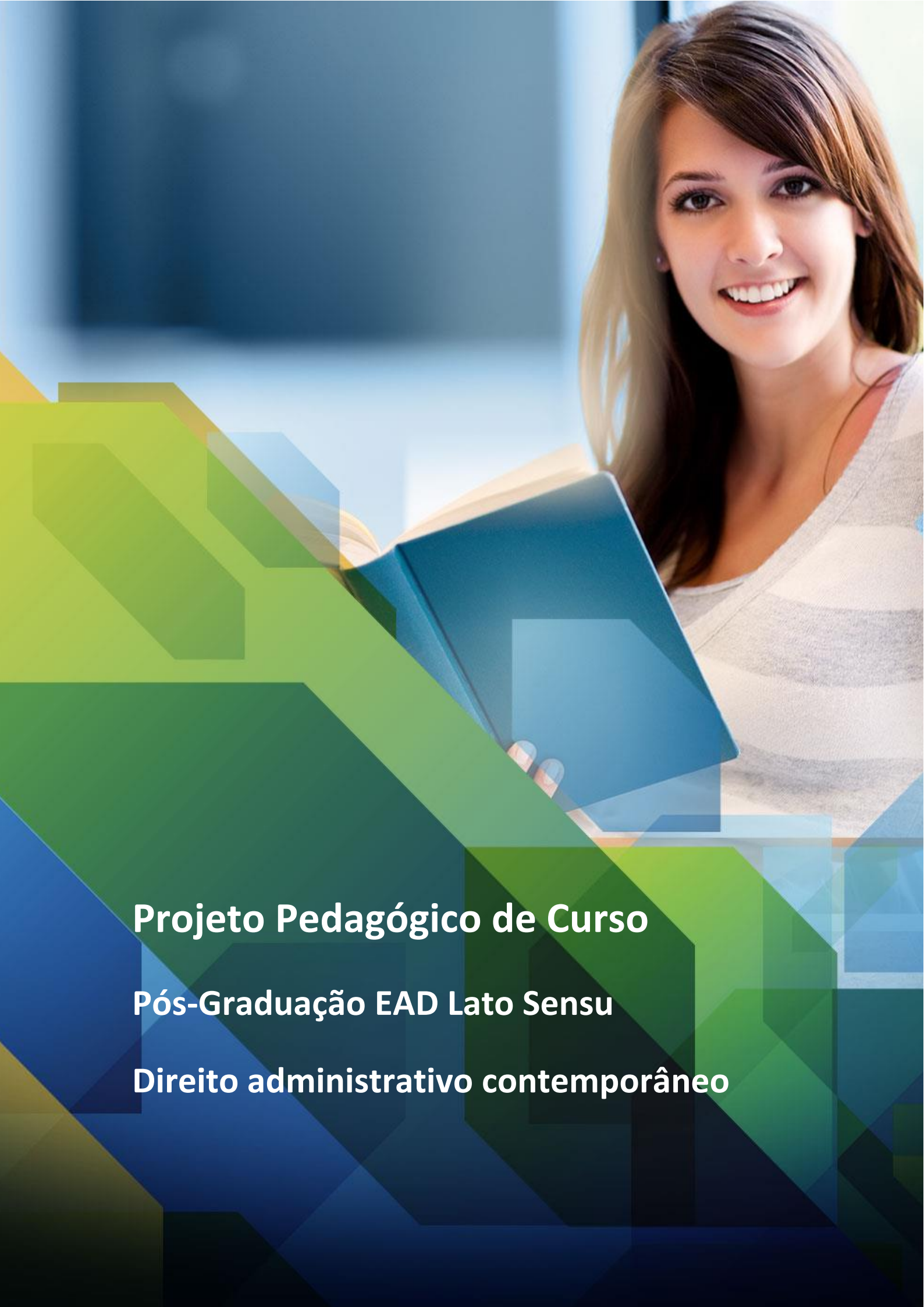




Projeto Pedagógico de Curso

Pós-Graduação EAD Lato Sensu

Direito administrativo contemporâneo

Sumário

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento.....	3
2. Características Técnicas do Curso	3
3. Público Alvo	3
4. Critérios de Seleção	3
5. Justificativa do curso	4
6. Objetivos do curso.....	4
7. Competências e Habilidades	4
8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem	5
9. Estágio não obrigatório	7
10. Matriz curricular	8
11. Carga Horária	8
12. Conteúdo programático	8
13. Infraestrutura física e pedagógica.....	17

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: Direito administrativo contemporâneo

Grande área (CAPES): Ciências Sociais Aplicadas (60000007)

Área de Avaliação (CAPES): Direito

Área do Conhecimento (CAPES): Direito Administrativo (60102063)

Classificação OCDE: Negócios, administração e direito

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número Máximo de Vagas por Polo/Unidade: 1000

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

3. Público Alvo

O curso destina-se ao aperfeiçoamento dos operadores do Direito que buscam a excelência em sua formação numa pós-graduação *lato sensu* cujo enfoque principal está voltado para a melhor compreensão do aparelhamento Estatal e das mais relevantes problemáticas envolvendo a Administração Pública.

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de processo seletivo descrito em Edital (inscrição, seleção e matrícula).

5. Justificativa do curso

As diversas modalidades de relação jurídica envolvendo a Administração Pública e os particulares vêm sofrendo uma recente reestruturação a partir de novos paradigmas impostos pelo Estado Democrático e Social de Direito. O Direito Administrativo, anteriormente fundamentado no estudo de vinculações intersubjetivas marcadas por uma posição autoritária do Poder Público frente aos seus súditos, passou a ser compreendido também à luz da ideia de um Estado prestador de serviços públicos, com atuações ampliativas da esfera privada de interesses. Ganharam espaço, na doutrina e na jurisprudência, orientações tendentes a reconhecer relações de horizontalidade, novas parceiras com a Administração, contratos multilaterais, e outras modalidades de relacionamento entre o cidadão e o Ente Público, superando o modelo anterior pautado pela verticalidade. Antes reduzidos a um papel de mero objeto da ação administrativo, hoje os indivíduos se posicionam diante da Administração Pública na condição de verdadeiros sujeitos de direito, titularizando deveres e direitos frente ao Estado. Com isso, o estudioso do Direito Administrativo vê-se obrigado a compatibilizar alguns instrumentos normativos próprios do período da Administração Autoritária com novas concepções que reconhecem a Administração Pública em relações jurídicas de igualdade diante do particular. O cotejo entre institutos tradicionais típicos da Administração Autoritária e essas novas formas de relacionamento Estado-cidadão é o único caminho apto a viabilizar uma compreensão integral do papel que o Direito Administrativo tem a cumprir no moderno Estado de Direito.

6. Objetivos do curso

Apresentar uma visão ampla dos institutos fundamentais do Direito Administrativo, sem deixar de lado a análise das inovações doutrinárias e legislativas atinentes a esse ramo do Direito. Estimular uma visão crítica a respeito dos conceitos tradicionais do Direito Administrativo.

7. Competências e habilidades do curso

Competências:

Capacitar tecnicamente o operador do direito para a solução de questões envolvendo as relações jurídicas entre a Administração e os cidadãos.

Habilidades:

- Capacidade de entender, prevenir e mediar conflitos
- utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica
- Percepção e leitura da realidade que circunda o jurista e aplicação ao caso concreto

8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

Estas 40 horas são compostas pelo estudo dos diversos insumos pedagógicos disponibilizados, como:

- ✓ materiais de leitura;
- ✓ videoaulas;
- ✓ slides;
- ✓ podcasts;
- ✓ indicações de leituras extras como artigos e capítulos de livros.

Como parte do modelo acadêmico, também contabilizamos:

- ✓ a interação com os tutores para esclarecimentos de dúvidas pedagógicas (via Fórum);
- ✓ a realização da avaliação disciplinar pelo aluno.

Vale ressaltar que cada aluno é único e tem seu próprio tempo para aprendizagem. Alguns conseguem assimilar o conteúdo com mais agilidade, outros precisam retomar as leituras e videoaulas para tornar sua aprendizagem efetiva.

O tempo gasto pelo aluno para o entendimento de cada disciplina depende também da sua familiaridade com o tema, ou seja, o conhecimento prévio que o aluno tem em relação a temática abordada.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades baseadas em leitura de textos de fundamentação teórica e acesso a recursos audiovisuais.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria online; o boletim acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).
- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de jubileamento do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas as condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo integrado, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

9. Estágio Não Obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

- I. proporcionar o exercício do aprendizado comprometido com a realidade socioeconômica-política do país;

II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e

II. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que sigam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso/professor orientador e também do Departamento de Estágios.

10. Matriz Curricular

DISCIPLINAS	CH PRÁTICA	CH TEÓRICA	CH TOTAL
Ambientação	0h	0h	0h
Temas fundamentais do direito administrativo moderno	0h	40h	40h
Princípios administrativos: questões atuais	0h	40h	40h
Meios de atuação da administração pública moderna	0h	40h	40h
Processo administrativo	0h	40h	40h
Estrutura da administração pública	0h	40h	40h
Intervenções do estado	0h	40h	40h
Contratos e parcerias administrativas	0h	40h	40h
Direito da infraestrutura e relações internas	0h	40h	40h
Controle da administração pública	0h	40h	40h
Hermenêutica jurídica	0h	40h	40h

11. Carga Horária

A carga horária de 400h constitui o conteúdo ministrado em 10 (dez) disciplinas.
--

12. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Ensino a distância: características desta modalidade de estudo. A tecnologia e o ensino à distância. Legislação do Ensino a Distância no Brasil. Aspectos relacionados ao perfil no Ensino a Distância.

Competências e Habilidades:

- Compreender a modalidade de ensino a distância.
- Identificar uma relação entre tecnologia e educação no contexto do EAD;
- Discutir elementos da legislação do ensino a distância no Brasil;
- Refletir sobre o perfil do aluno em ensino a distância.

Conteúdo Programático 1: Introdução ao Ensino a Distância.

Conteúdo Programático 2: Tecnologia e educação.

Conteúdo Programático 3: Legislação do Ensino a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 4: Perfil do aluno no Ensino a Distância.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n. 9.394/96**. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 6 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP n. 7, de 18 de dezembro de 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 6 dez. 2022.

GIL, H. A passagem da Web 1.0 para a Web 2.0 e... Web 3.0: potenciais consequências para uma 'humanização' em contexto educativo. 2014. **Boletim informativo Cybercentro Castelo Branco**. Castelo Branco, 2014. Disponível em:

<https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2404/1/A%20passagem%20da%20Web%20Henrique.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MEYER, A. I. da S. (2022). Conceituando a Educação a Distância. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 1, p. 590-601, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3835>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VAZ, M. L. de L.; RIBEIRO, F.; COSTA, L. A. da. Os desafios da educação a distância on-line e a remotividade na nova engenharia educacional. **Brazilian Journal of Science**, v. 1, n. 4, p. 79-86. Goiás, 2022. Disponível em: <https://www.brazilianjournalofscience.com.br/revista/article/view/79>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VIEIRA, D. M. L.; COSTA, L. A.; VAZ, M. L. L. Um novo olhar para a educação a distância. In: MACHADO, G. E.; COSTA, S. C.; SILVA, K. R. P. **Debates contemporâneos: perspectivas e reflexões atuais**. Santa Maria: Arco, 2021.

Bibliografia Complementar:

BAPTISTA, M. M. Internet: auxílio à educação. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 16, p. 37- 44, [s. l.], 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23717>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21. ed. Campinas: Papirus, 2013.

PIVA, D. J.; PUPO, R.; GAMEZ, L. et al. **EAD na prática**: planejamento, métodos e ambientes de educação on-line. São Paulo: Elsevier, 2011.

Disciplina: Temas fundamentais do direito administrativo moderno

Ementa: Direito Administrativo. Conceito. História. Características. Tendências. Administração Burocrática vs Administração Gerencial. Estado em Rede. Fontes. Codificação. Sistemas de Controle. Teorias Modernas

Conteúdo Programático 1: Fundamentos do Dir. Administrativo

Conteúdo Programático 2: Estrutura Normativa do Dir. Administrativo

Conteúdo Programático 3: Jurisdição, Função administrativa e tendências

Conteúdo Programático 4: Teorias Fundamentais do Dir. Administrativo

Bibliografia Básica:

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 28ª.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

_____. Discricionariedade e Controle Jurisdicional. 2ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

Demais referências:

MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 24.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Disciplina: Princípios administrativos – questões atuais

Ementa: Direito Administrativo. Regime jurídico-administrativo. Função dos princípios administrativos. Princípio da legalidade. Discricionariedade. Segurança jurídica. Moralidade. Razoabilidade e proporcionalidade. Outros princípios.

Conteúdo Programático 1: A Gênese do Direito Administrativo e Seus Princípios

Conteúdo Programático 2: Os Princípios Expressos de Direito Administrativo Elencado no Artigo 37 “Caput” da Constituição Federal de 1988

Conteúdo Programático 3: A Razoabilidade e Proporcionalidade na Administração Pública, a Supremacia do Interesse Público e o Princípio da Continuidade do Serviço Público.

Conteúdo Programático 4: Os Princípios da Autotutela Administrativa, da Participação e Consenso na Administração Pública e da Segurança Jurídica.

Bibliografia Básica:

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 28ª.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

_____. Discricionariedade e Controle Jurisdicional. 2ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. 2º.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 24º.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Demais referências:

VALIM, Rafael. O Princípio da Segurança Jurídica no Direito Administrativo Brasileiro. 1ª.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

CAMMAROSANO, Marcio. O Princípio Constitucional da Moralidade e o Exercício da Função Administrativa. Belo Horizonte: Forum, 2006.

OLIVEIRA, José Roberto Pimenta de. Os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade no Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

Disciplina: Meios de atuação da administração pública moderna

Ementa: Meios de atuação da Administração. Atos administrativos. Teoria geral. Atos gerais e atos individuais. Regulamentos e poder regulamentar. Serviços públicos. Obras públicas.

Conteúdo Programático 1: Atos Administrativos - Conceito e Planos Jurídicos

Conteúdo Programático 2: Atos Administrativos - Atributos, Extinção e Convalidação

Conteúdo Programático 3: Poder Regulamentar da Administração Pública e Obras Públicas

Conteúdo Programático 4: Serviços Públicos. Aspecto Evolutivo. Conceito. Competências

Bibliografia Básica:

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 28ª.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 24.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GROTTI, Dinora Musetti. Serviço Público e a Constituição Brasileira de 1988. 1ª.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

Demais referências:

ZANCANER, Weida. Convalidação e Invalidação do Ato Administrativo. 3ª.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

TALAMINI, Daniele Coutinho. Revogação do Ato Administrativo. 1ª.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.

Disciplina: Processo administrativo

Ementa: Devido processo legal. Teoria geral do processo administrativo. Processos administrativos em espécie. Licitação: temas relevantes. Pregão e sistema de registro de preços. Concurso público. Processo disciplinar.

Conteúdo Programático 1: Processo Administrativo à Luz da Constituição de 1988

Conteúdo Programático 2: Licitações: Temas Atuais

Conteúdo Programático 3: Pregão e Sistema de Registro de Preços

Conteúdo Programático 4: Regime Diferenciado de Contratação Pública – RDC

Bibliografia Básica:

DALLARI, Adilson de Abreu; Ferraz, Sergio. Processo Administrativo. 2ª.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

MONTEIRO, Vera. Licitação na Modalidade Pregão. 2ª.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 28ª.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 24.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Demais referências:

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14ª edição. São Paulo: Dialética, 2010.

PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Comentários à Lei das Licitações e Contratações Públicas. 8ªedição. Editora Renovar, 2009.

Disciplina: Estrutura da administração pública

Ementa: Organização administrativa. Desconcentração e descentralização. Teoria do órgão público. Administração Pública Indireta. Agentes Públicos. Servidores Estatutário.

Conteúdo Programático 1: A Administração Direta e os Órgãos Públicos

Conteúdo Programático 2: A Administração Indireta e as Pessoas Jurídicas

Conteúdo Programático 3: As Agências Reguladoras e Executivas no Direito Administrativo Brasileiro

Conteúdo Programático 4: Os Agentes Públicos

Bibliografia Básica:

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 28ª.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 24 edição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2011.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 24.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Demais referências:

FIGUEIREDO, Marcelo. Agências Reguladoras. 1ª.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

OLIVEIRA, Régis Fernandes de. Servidores Públicos. 2ª.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

MODESTO, Paulo. Nova Organização Administrativa Brasileira. 2ª edição. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

Disciplina: Intervenções do estado

Ementa: Serviço público e atividade econômica: comparação. Mecanismos estatais de intervenção do domínio econômico: poder de polícia, exercício direto de atividade econômico e fomento. Institutos de intervenção estatal na propriedade privada. Mecanismos supressivos e não-supressivos de intervenção.

Conteúdo Programático 1: Intervenção do Estado na Propriedade Privada

Conteúdo Programático 2: Desapropriação

Conteúdo Programático 3: Intervenção do Estado no Domínio Econômico

Conteúdo Programático 4: Intervenção do Estado no Domínio Social

Bibliografia Básica:

MAZZA, Alexandre. Agências Reguladoras. 1ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

ZANCANER, Carolina. Da Intervenção do Estado no Domínio Social. 1ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 28ª.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 24 edição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2011.

Demais referências:

FIGUEIREDO, Marcelo. Agências Reguladoras. 1ª.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

JUSTEN FILHO, Marçal Justen. O Direito das Agências Reguladoras Independentes. São Paulo: Dialética, 2002.

ANDRADE, Letícia Queiroz de. Desapropriação de Bens Públicos. 1ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.

Disciplina: Contratos e parcerias administrativas

Ementa: Avenças e contratos administrativos. Características do contrato administrativo. Modalidades de prestação indireta de serviços públicos: concessão. Modalidades de concessão de serviços públicos. Parcerias Público-Privadas. Organizações sociais e organizações sociais da sociedade civil de interesse público. Instrumentos modernos de parceria.

Conteúdo Programático 1: Aspectos Gerais das Concessões de Serviço Público

Conteúdo Programático 2: Contratos Administrativos em Espécie

Conteúdo Programático 3: Parcerias Voluntárias

Conteúdo Programático 4: Parceria Público Privada – PPP

Bibliografia Básica:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias da Administração Pública. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ROCHA, Silvio Luis Ferreira da. Terceiro Setor. 2. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 28ª.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

Demais referências:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 24 edição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2011.

SUNDFELD, Carlos Ari. Parcerias Público-Privadas. 1ª.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2007.

Disciplina: Direito da infraestrutura

Ementa: As inter-relações entre Direito e Desenvolvimento. As implicações de Direito Administrativo na realização da Copa do Mundo e da Olimpíada no Brasil. Contratos de infraestrutura em espécie. Domínio público e o regime dos bens públicos. Mecanismos de controle.

Conteúdo Programático 1: Questões Relativas ao Regime Diferenciado de Contratações

Conteúdo Programático 2: Contratos de Infraestrutura

Conteúdo Programático 3: Bens Públicos

Conteúdo Programático 4: Controle de Obras e Projetos

Bibliografia Básica:

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 28ª.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 24 edição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2011.

Demais referências:

ROCHA, Silvio Luis Ferreira da. Função Social da Propriedade Pública. 1ª.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Uso Privativo do Bem Público por Particular. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Disciplina: Controle da administração pública

Ementa: Sindicabilidade da atividade administrativa. Mecanismos de controle: classificação. Lei 8429/92 (Improbidade Administrativa). Atuação fiscalizadora dos Tribunais de Contas. Responsabilização estatal por ações e omissões dos agentes públicos.

Conteúdo Programático 1: Sindicabilidade da Atividade Administrativa. Mecanismos de Controle: Classificação

Conteúdo Programático 2: A Lei Nº 8.429/1992 (Improbidade Administrativa)

Conteúdo Programático 3: Atuação Fiscalizadora dos Tribunais de Contas

Conteúdo Programático 4: Responsabilização Estatal por Ações e Omissões dos Agentes Públicos

Bibliografia Básica:

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 28ª.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 24 edição. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2011.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 24.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Demais referências:

ZOCKUN, Maurício. Responsabilidade Patrimonial do Estado. 1ª.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

MAZZA, Alexandre. Manual de Direito Administrativo. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Disciplina: Hermenêutica jurídica

Ementa: Aplicação, Interpretação e Integração do Direito. Hermenêutica Constitucional. Hermenêutica filosófica: origem, Escolas e conceito de Hermenêutica.

Competências e Habilidades:

- Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
- Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.

Conteúdo Programático 1: Aplicação, Interpretação e Integração do Direito. Teorias da Interpretação. Metodologia na Interpretação do Direito. Espécies de interpretação do Direito: interpretação sociologista; culturalista; raciovitalista; tópico-retórica; neocontratualista; funcionalista; substancialista; discursivo-procedimental; neoconstitucionalista; pela teoria crítica do Direito; pública autêntica; judicial; administrativa; privada ou doutrinal; lógica; valorativa; declarativa; extensiva; restritiva; literal; histórica; sistemática; sociológica e teleológica. Interpretação do Direito e a principiologia jurídica. Interpretação do Direito: restrição; extensão; analogia. Interpretação do Direito e a Jurisprudência. Integração do Direito e as lacunas jurídicas. Antinomias do ordenamento jurídico. Cláusulas gerais e conceitos jurídicos indeterminados.

Conteúdo Programático 2: Hermenêutica Constitucional. Backlash e a Hermenêutica Jurídica. Casos difíceis (hard cases). Derrotabilidade das regras (defeasibility). Principiologia da Hermenêutica Jurídica.

Conteúdo Programático 3: Hermenêutica Filosófica: origem, Escolas e conceito de Hermenêutica. A origem da Hermenêutica. A Hermenêutica de Friedrich Schleiermacher. A Hermenêutica de Wilhelm Dilthey. A Hermenêutica de Martin Heidegger. A Hermenêutica de Hans-Georg Gadamer. A Hermenêutica de Michel Foucault. A Hermenêutica de Paul Ricoeur. A Hermenêutica de Jürgen Habermas.

Bibliografia Básica:

SOARES, R. M. F. Hermenêutica e interpretação jurídica. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

LENZA, P. Direito constitucional esquematizado. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

MARTINS, F. Curso de direito constitucional. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

Bibliografia Complementar:

SOARES, Ricardo Maurício Freire. Hermenêutica e interpretação jurídica. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. Parte II, Cap. 5 "Pós-positivismo e a interpretação do direito principiológico" (inteiro) e Cap. 6 "A principiologia como norte hermenêutico" (inteiro).

REALE, Miguel. Lições preliminares do Direito. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. Cap. XXII "Integração e aplicação do direito", itens 1 e 2 (inteiros).

13. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

Processador Intel Core 2 Duo ou superior.

2Gb de Memória RAM.

Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bit e compatível com Microsoft DirectShow.

Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).

Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.

Adobe Flash Player (atualizado).

Plugin de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.

